

A APROPRIAÇÃO DA PRÁXIS PELO CAPITAL E AS PROPOSTAS DO TRABALHO POR MEIO DA LUTA PELA MORADIA *

FERNANDA KEIKO IKUTA **

Resumo: As transformações na sociedade atual redimensionam o conflito capital x trabalho, e por isso o interesse em estudar as novas dimensões do confronto entre os mecanismos utilizados pelo capital para se apropriar da práxis social e a busca do trabalho por construir um projeto de reapropriação das condições de existência. No âmbito da luta pela moradia, uma das expressões do processo de reorganização do capital é o projeto de cidade-mercadoria lançado pelas políticas públicas urbanas. No confronto travado entre a expansão das estratégias do capital para a sua (re)territorialização/(re)produção e a práxis, fetichizada e/ou emancipadora, do trabalho, buscamos revelar os mecanismos de manutenção do instituído e as possibilidades da produção do instituinte (do vir a ser), por meio da luta pela moradia, expressas na realidade urbana

Palavras chave: práxis, conflito capital x trabalho, políticas públicas urbanas

* Esta é uma versão modificada do texto apresentado e publicado nos Anais do IX Simpósio de Geografia Urbana com o título “Capital, políticas públicas e luta pela moradia popular”. As reflexões aqui presentes se baseiam em parte da pesquisa de doutorado intitulada “A apropriação da práxis social pelo capital: análise territorial a partir da luta pela moradia”. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

** Doutoranda em Geografia junto ao Programa de Pós-graduação da FCT/UNESP/Presidente Prudente, e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT. E-mail: ferikuta@gmail.com

Introdução

Expor alguns dos mecanismos de apropriação da práxis pelo capital lado a lado às propostas que o trabalho, por meio da luta pela moradia, é capaz de lançar é o objetivo do presente texto.

O confronto capital x trabalho comparece, então, nesse debate na medida em que colocamos em pauta as investidas do capital para capturar a práxis social, de um lado, e as táticas e estratégias do trabalho em busca da reapropriação das condições de existência, do outro.

Pensar o urbano e os seus problemas nestes termos nos abre para a realização de uma leitura crítica das atuais políticas públicas e o seu projeto de cidade-mercadoria (território de produtividade, competitividade e consenso) por meio de um discurso de “gestão democrática da cidade”. Veremos que este projeto de cidade lançado pelas políticas públicas é fundado nos novos mecanismos que o capital utiliza para se apropriar da práxis social, condição para a sua re-produção.

Nesse sentido, ao refletirmos sobre a lógica de re-produção do capital e a práxis, fetichizada e/ou emancipadora, do trabalho, estamos trazendo para a questão urbana o debate do instituído e do instituinte: ou seja, buscando revelar os mecanismos de manutenção do instituído e as possibilidades da produção do instituinte (do vir a ser), por meio da luta pela moradia, expressas na realidade urbana.

Junto à superação do instituído, a unificação orgânica entre as diferentes lutas sociais e a superação das dicotomias entre a

vida dentro e fora do trabalho, entre os momentos sociais da produção e da reprodução, complementam as perspectivas que, acreditamos, podem também ser construídas por meio da luta pela moradia.

As mediações do capital na luta pela moradia

O processo de globalização tem servido para nutrir e justificar as políticas urbanas atuais. Esta busca por recursos necessários para a acumulação do capital perante os requerimentos de uma “imaginada, assumida ou real economia internacional desregulada” (SWYNGEDOUW et al., apud GONZÁLEZ, 2004, p. 18), nos leva a refletir sobre as dinâmicas das novas bases do capital para entendermos a luta pela moradia hoje.

Nesse sentido, queremos destacar que, no contexto atual da sociedade capitalista, mais do

*no contexto atual da sociedade
capitalista, mais do que
mudanças na dimensão
econômica, assistimos a um
redimensionamento do processo
de criação de um modo de vida*

que mudanças na dimensão econômica, assistimos a um redimensionamento do processo de criação de um modo de vida adequado às imposições do capital e a sua expansão para

além do mundo do trabalho. Nesse processo, o capital vai urdindo novas territorialidades para garantir que sua cooptação invada de maneira mais absorvente a esfera da vida cotidiana e da subjetividade dos atores sociais. E, por sua vez, as organizações sociais tentam consolidar atuações num momento em que o imediatismo, a institucionalização e o corporativismo das lutas sociais denotam uma intensificação da fragilidade política da classe trabalhadora.

Esta conjuntura, que comporta rearranjos espaciais e territoriais (como a redefinição do

espaço urbano), requer colocar em pauta o redimensionamento do conflito capital x trabalho, ou, para Harvey (2002, p. 4):

O processo de produção do desenvolvimento espaço-temporal desigual e as intensas contradições que hoje existem nesse âmbito, não só para o capitalismo (que implica por si mesmo uma forte dose de autodestruição, desvalorização e bancarrota), mas também para as populações cada vez mais expostas à violência do enxugamento de pessoal (*downsizing*), do desemprego, do colapso dos serviços, da degradação das condições de trabalho e dos padrões de vida, da destruição dos complexos de recursos e da perda da qualidade ambiental.

Esta mesma conjuntura requer, também, a recolocação das nossas atenções para as condições orgânicas da vida cotidiana, até mesmo no sentido da construção de uma nova linguagem por meio da qual se discute a problemática urbana atual (HARVEY, 2002, p. 5).

Nesse sentido, por entender a luta pela moradia como uma luta que deva unificar organicamente as reivindicações por melhores condições de existência com as reivindicações por melhores condições de trabalho; acreditamos ser frutífero aprofundar o debate das dicotomias entre a vida dentro e fora do trabalho¹, entre os momentos sociais da

¹ As dicotomias em pauta, engendradas pela lógica do capital, fazem reinar uma separação infecunda, tanto para a luta social como para as ciências, entre o morar e o trabalhar. No conhecimento científico dominante, representado pelas especialidades, pelas disciplinas, vemos várias distinções dicotômicas (como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual, animal/pessoa) se legitimarem (SANTOS, 1995, p. 39 – 40). Dentro deste quadro, não podemos perder de vista a seguinte questão: será que a “razão fragmentária” da Geografia

produção e da re-produção, buscando apreender os processos em que o capital² vai



(MOREIRA, 2004) que separa centro/periferia, campo/cidade, sociedade/natureza, está sendo capaz de, ao discutir a luta pela moradia, superar as dicotomias entre o viver e o trabalhar, entre os momentos sociais da produção e da re-produção? E mais que isto, caberia ainda ousar a perguntar se a Geografia estará conseguindo efetivamente “materializar essas categorias absolutamente genéricas que foram trazidas da Economia Política, da Sociologia e da Antropologia” (ENTREVISTA com Douglas Santos, 2003, p. 121 – 136).

² O conflito capital x trabalho é central para nossa reflexão, uma vez que o morar, como uma das funções de re-produção social, não deixa de estar subordinado aos imperativos da expansão do capital. Assim, a luta pela moradia, ao nosso ver, tem uma relação direta com as questões do mundo do trabalho, isto é, com as questões da classe trabalhadora. Ou seja, entendemos o morador, o ator social envolvido na luta pela moradia, como pertencente à classe trabalhadora - aqui entendida com toda a amplitude que o conceito merece hoje. Neste sentido, para Antunes (2000), a classe trabalhadora hoje incluiria a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho. Thomaz Júnior (2002a e b, 2003) também aponta a *polissemia do trabalho*, a complexificação e ampliação da classe trabalhadora hoje, que não se restringe somente aos trabalhadores proletários (urbanos e rurais) ou subproletarizados, no limite, mas a um conjunto de expressões do trabalho que inclui, por exemplo, os trabalhadores avulsos, camponeses com pouca terra e que lutam por terra.

cunhando novas territorialidades para expandir sua cooptação para além dos muros da fábrica e, as conseqüentes (re)territorializações (precárias) e desterritorializações do trabalho num contexto de redefinição do espaço urbano³.

Vemos que as respostas do capital para suas crises e sua necessidade de amenizar os conflitos sociais para garantir a manutenção da sua hegemonia econômica, política e cultural, faz com que ele reorganize e reestruture territorialmente os processos produtivos e as relações de trabalho, mas também e, com especial intensidade, as relações da esfera da re-produção.

As mutações atuais do capital (o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são sua expressão maior) têm criado novas formas de *apropriação da práxis social*⁴ em todas as suas dimensões. A materialidade e a subjetividade são alteradas para uma adequação aos imperativos do capital.

O constante processo de (re)territorialização do capital vai se consolidando na medida em que ele promove, para o trabalho: a) o aumento do número de trabalhadores em condições cada vez mais precarizadas com a ampliação do trabalho parcial, temporário e sem direitos trabalhistas; b) o incremento do desemprego; c) as

*o capital
intensifica sua
posição
dominante
sobre o
mundo do
trabalho*

constantes e contínuas desterritorializações em forma de migrações e/ou desalojamento de áreas urbanas ocupadas e a re-alocação destes atores sociais para áreas urbanas completamente precárias de infra-estrutura e serviços urbanos; d) a intensificação da degradação da relação homem-natureza (resultante da lógica que prioriza a produção de mercadorias e a valorização do capital) e; e) novos mecanismos de cooptação da subjetividade, como, por exemplo: 1) o discurso da existência de uma crise social urbana⁵, mais precisamente, uma imposição da idéia de crise que possibilitará as condições para uma trégua nos conflitos internos (despolitização planejada dos atores sociais urbanos); e, 2) a cooptação das experiências do cotidiano pelo capital por meio do discurso da valorização reificada da cultura de todos os povos, ou da maior mundialização da cultura - extensão de hábitos, costumes e valores culturais, estabelecendo, paradoxalmente, um maior nível de massificação cultural⁶. É um paradoxo que o capital produz: com a aparente valorização da diversificação, na verdade, busca-se a homogeneização cultural.

Vemos assim, que o capital intensifica sua posição dominante sobre o mundo do trabalho, mas também expande sua lógica para além desse, na vida fora do trabalho.

Se estes mecanismos do capital, entre outros aspectos, reforçam as dicotomias entre a vida dentro e fora do trabalho e entre os momentos sociais da produção e da re-produção, apreendê-los nos fundamentará para entender as cisões e enfiamentos da luta pela moradia hoje, no contexto da *nova questão urbana* (sobre a qual discorreremos no item a seguir), que, ao nosso ver, continua se constituindo a partir de pressupostos que pretendem manter o trabalhador subsumido ao capital. Estas dicotomias se fundam justamente nesta subsunção, ou seja, nos primórdios da

³ Vale ressaltar, que todo este processo envolve vários tipos de organizações sociais (movimentos, mobilizações pontuais, associações e sindicatos) de diferentes temáticas, todavia, o nosso enfoque é nas organizações de luta pela moradia popular.

⁴ A noção de apropriação da práxis social pelo capital será desenvolvida posteriormente no item "Luta pela moradia e práxis".

⁵ Abordada no item a seguir sobre as políticas públicas.

⁶ Para uma abordagem mais aprofundada consultar Jameson (1996), Harvey (1989) e Reis (2002).

produção capitalista (com a precarização das condições de vida do trabalhador assalariado, a alienação dos meios de produção, e, posteriormente, a separação entre o local de trabalho/produção e o local de vida/reprodução), mas que hoje estão em intensa redefinição para a manutenção da hegemonia e controle social do capital.

Políticas públicas urbanas: as cidades como território de produtividade, competitividade e consenso

Podemos sinalizar certa tendência de *redefinição do espaço urbano*, nos últimos anos, em que determinados poderes locais estão adotando um modelo de planejamento/gestão transplantado dos conceitos e técnicas empresariais, voltando-se para as inversões no seio do mercado global, como marca a pauta das instituições globais (como a Agenda Habitat II e os documentos produzidos pela OCDE – Organização da Cooperação para o Desenvolvimento Econômico e pelo Banco Mundial⁷) que pregam uma descentralização que supostamente favorece a autonomia do poder local, com mecanismos de participação popular, mas que conduz a um enxugamento e uma privatização dos serviços coletivos.

Como aponta Vainer (2000a) criticamente, atualmente parece que para se fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais, a única saída é imbuir-se do ambiente de concorrência⁸. Assim, vemos formular-se a *nova questão urbana*. Movimentos sociais urbanos, crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo

coletivo, racionalização do uso do solo, são temas que parecem fazer parte do passado do debate a respeito da *questão urbana*. O discurso empregado para defender a *produtividade* e a *competitividade* urbana prega que a flexibilização, a mundialização da economia exigem “a *competição* entre territórios e especialmente entre seus pontos nodais ou centros, isto é, as cidades” (BORJA *apud* VAINER, 2000a, p. 76).

Os discursos de produtividade e competitividade urbana alcançaram tal grau de hegemonia que se converteram no discurso “normal” das políticas urbanas atuais

A lógica consensual é, então, outro fundamento das políticas urbanas atuais

(GONZÁLEZ, 2004, p. 18). Mas “como construir política e intelectualmente as condições de legitimação de um projeto de encolhimento tão radical do espaço público, de subordinação do poder público às exigências do capital internacional e local?”, pergunta e responde Vainer (2000a, p. 91), por meio do *consenso*.

A lógica consensual é, então, outro fundamento das políticas urbanas atuais. Estudiosos da produção do consenso nas políticas públicas afirmam que “a produção do *consenso*, apoiada na prática da *opinião pública*, é considerada um ideal para solucionar os conflitos sociais, o que pressupõe a existência de uma região *comum* de *aspirações* e *necessidades* dos grupos sociais que seria preciso *distinguir* para estabelecer políticas públicas adequadas” (GUIMARÃES; ORLANDI et al, 2005, p.1).

Dessa maneira, as políticas urbanas fundamentadas nessa lógica consensual “visam à constituição de uma ‘maioria’ e do maior índice possível de ‘participação’ social nas

⁷ Maiores detalhes cf. Maricato (2000).

⁸ No texto “Pátria, empresa e mercadoria...” Vainer (2000a) trata da estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano e em “Os liberais também fazem planejamento urbano?...” (VAINER, 2000b), o autor trabalha o exemplo do Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro.

diferentes instâncias institucionais da cidade” (GUIMARÃES; ORLANDI et al, 2005, p.1). Esses estudiosos que buscam compreender como as noções de cidadania, de sociabilidade, de civilidade, entre outras, são significadas, levantam a hipótese de que esse processo está associado à produção da segregação, na medida em que pressupor um vínculo social homogêneo não permite que a diferença (o político) se subjetive. (GUIMARÃES; ORLANDI, 2005)

Como Vainer (2000a, p. 91) ainda nos explica, ter o consenso como princípio e fim pode levar a, no extremo, “uma negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto *polis*”.

Também constitui este quadro, a imposição da idéia de crise (*consciência de crise social*

urbana) que possibilitará as condições para uma trégua nos conflitos internos (despolitização planejada dos atores sociais urbanos).

Em uma obra que foi originalmente preparada a pedido das Nações Unidas, como documento para a conferência Habitat II (Istambul, 1996), Borja e Castells (2001, p. 166), defendem a sensação generalizada de crise de crescimento ou de perda de oportunidades, ou ainda, a sensação de crise aguda pela conscientização da globalização da economia, como uma condição, junto a existência de atores urbanos que aceitem a articulação, para chegar a um consenso público-privado operativo, e então,

*... pautado em
formulações do
Banco Mundial
para efetivar o
neoliberalismo
nos “países em
vias de
desenvolvimento”*

viabilizar as cidades (empresas) na era da globalização (VAINER, 2000a, p. 92 - 95).

Podemos apontar ainda, que esse discurso “normal” da produtividade, competitividade (entre cidades) e consenso presente nas políticas urbanas hoje e que, cada vez mais, tenta se legitimar socialmente, pode ser entendido como algo construído na conexão existente entre ideologia e Estado. Nessa conexão, interesses de classe são transformados em “interesse geral ilusório”. A classe dirigente “domina também como pensadora, como produtora de idéias, e regula a produção e distribuição de idéias de sua época: assim suas idéias são as idéias dominantes da época” (MARX; ENGELS *apud* HARVEY, 2005, p. 81). Entendemos que tais processos exemplificam um dos mecanismos do capital que, por meio do aparato estatal, busca se apropriar da práxis social para sua (re)territorialização no espaço urbano.

A posição de destaque das noções de “cidadania” e “direito à cidade” no atual debate brasileiro é também reveladora do sentido em que as políticas públicas e os discursos científicos preponderantes estão tomando. Falar de cidadania e direito à cidade e o fato de que as políticas urbanas estejam surgindo de fóruns de debate com participação popular, não livra a produção desta política da “racionalidade do Estado capitalista em suas alianças representadas na democracia representativa. Um exemplo claro desta racionalidade é que no Estatuto da Cidade e nos textos da Conferência da Cidade, o direito à cidade aparece por meio da realização da “função social da propriedade” e não de sua negociação como fundamento da cidade segregada”. (CARLOS, 2005, p. 5)

Assim, no governo Lula, o Ministério das Cidades e a realização das Conferências sobre a Cidade levam à frente um projeto de “gestão democrática da cidade” que, de acordo com o que defende Carlos (2005), está pautado em

formulações do Banco Mundial para efetivar o neoliberalismo nos “países em vias de desenvolvimento”. Com as palavras da autora:

... o projeto de uma “gestão democrática da cidade” surge na atualidade como condição da reprodução capitalista em sua nova etapa de desenvolvimento. É o que mostram, por exemplo, as análises de Annick Osmont [1998] indicando que o conceito de *governança* – que fundamenta a “gestão democrática” – foi retomado pelo Banco Mundial, a finais dos anos 1980, para operacionalizar a construção de um modelo de ação cujo objetivo é permitir o “ajuste” das economias dos países em vias de desenvolvimento às necessidades de expansão do neoliberalismo. Neste sentido, a nova gestão urbana produzirá um ambiente propício para a reprodução da lógica neoliberal comandada pelo Banco Mundial. (CARLOS, 2005, p.8)

Trabalho e práxis na luta pela moradia

Vimos acima algumas formas de (re)territorialização do capital no espaço urbano, implementadas pelo poder público por meio das políticas públicas urbanas. E, antes ainda, vimos também que a cooptação da vida cotidiana e da subjetividade do morador/trabalhador (ser uno) pelo capital vem sendo intensificada e redimensionada.

Mas a subsunção do trabalhador ao capital é irreversível? A sua emancipação depende de um único agente ou esfera social, ou seja, a emancipação social está apenas “nas mãos” do movimento operário ou esfera da produção, como se apostava tradicionalmente? Como estas questões compõem na nova questão urbana, como se materializam no espaço urbano? Qual a importância de nos debruçarmos sobre estas questões hoje? Todas estas são questões que devem fazer parte do nosso rol de preocupações.

Será que as formas de (re)territorialização do capital são as únicas territorializações em curso? Será que não há formas alternativas de apropriação territorial? As experiências de

certos movimentos de luta pela moradia que tentam romper com os ditames do capital, ocupando prédios ou terrenos e, organizando formas diferenciadas de sociabilidade, não podem estar construindo outras formas de territorialização que não essas do capital?

É essa complexidade da *apropriação da práxis social pelo capital*⁹ que queremos destacar, pois, todos esses são elementos que (re)territorializam (quase sempre precariamente) e desterritorializam o trabalho, elevando a complexidade da classe trabalhadora e afetando as organizações sociais: movimentos sociais, associações, etc¹⁰.

apropriação da práxis social pelo capital

Isso se faz sentir nas dicotomias entre a vida dentro e fora do trabalho, entre os momentos sociais da produção e da re-produção, e entre emprego e desemprego. Dicotomias que os trabalhadores não conseguem externar e articular por meio de suas lutas.

A gênese da fragmentação das lutas sociais (fundada nas dicotomias citadas) pode ser entendida nos processos de *alienação* e *estranhamento*¹¹ do ser social. Isto é, alienado no processo social de produção e submetido a uma existência inautêntica e estranhada o ser social fica impedido de viver a integridade da existência social. A alienação e o

⁹ Nossa discussão sobre a apropriação da práxis social pelo capital, está referenciada nas idéias de Bihl (1998) que iremos apontar mais abaixo. Mas vale antes esclarecer o nosso entendimento ampliado do conceito de práxis. Consideramos que, na sociedade de classes atual, podemos identificar a existência tanto de uma práxis emancipadora, nos termos da formulação original de Marx, como uma práxis fetichizada, como aponta Kosik (1976). Neste sentido, o capital apropria-se destas duas formas de expressão da práxis social.

¹⁰ Cf. Antunes (2000), Alves (2000), Mészáros (2002), Thomaz Júnior (2003), Mascarenhas (2002).

¹¹ Sobre esses conceitos em Marx ver: RANIERI, 1991.

estranhamento, as *fetichizações* e *reificações* do ser social dissimulam as contradições sociais, dissolvem a luta de classes e isto se faz perceber nas lutas pela moradia ou, de maneira mais ampla, nas práticas organizativas e nos movimentos sociais em geral, nos sindicatos, nas associações imediatistas, corporativistas, atomizadas.

Mesmo determinados movimentos que se designam de oposição ao capitalismo e, a princípio, tem por isso uma proposta política mais ampla, aglutinadora de demandas, assumem, muitas vezes, uma “oposição particularista (as vezes estremadamente) e incapaz de ver além da própria forma específica de desenvolvimento geograficamente desigual [...], não são necessariamente anticapitalistas e menos ainda filossocialistas [...], podem confundir ou pôr em xeque os de um outro, facilitando os processos e interesses capitalistas de ‘dividir para governar’” (HARVEY, 2002, p. 4)

Mas nos falta ainda entender como o capital se apropria efetivamente da práxis de modo a fragilizar as lutas sociais. Ou seja, de que maneira entendemos como essa apropriação da práxis social pelo capital se configura?

Segundo Bühr (1998), o capital, para reproduzir-se, cria um modo de vida condizente a ele, ou seja, ele procura apropriar-se da práxis social impulsionando um processo de *socialização* capitalista da sociedade ou, em outras palavras, de *homogeneização* da vida social¹². A *mercantilização* das relações sociais

como um todo é um traço deste mecanismo do capital.

Mas esta *socialização* capitalista da sociedade é, contraditória e simultaneamente, *dessocialização*, que dissolve as relações comunitárias, relaxa o vínculo social, privatiza a vida social e pulveriza as reivindicações coletivas. Isto é, a *fragmentação* junto a *homogeneização* da vida social, são traços conjuntos, ainda que contraditórios, de uma *socialização* capitalista da sociedade.

A apropriação da práxis dos trabalhadores (que fazendo parte de movimentos, de associações e outras mobilizações) pelo capital se dá em todas as faces, tanto fragmentando sua identidade, como homogeneizando sua forma de vida.

O capital fragmenta: dissimulando a não neutralidade do Estado, por exemplo, quando se convida a sociedade civil para *participar* da gestão pública, muitas vezes numa política de pura institucionalização de movimentos populares que impossibilita a demanda de mudanças estruturais, dificultando-se a possibilidade de formar uma identidade comum de luta contra a lógica do capital que os oprime; impondo institucionalmente a separação dos trabalhadores por categorias profissionais e por divisões territoriais

legitimadas pelo Estado (aspecto marcante da existência e ação dos sindicatos) e, separando-os ainda, pela participação no mercado dito formal ou informal que são os definidores da garantia ou não dos direitos trabalhistas.

O capital homogeneiza a todos: trabalhadores, capitalistas, municípios, estados e nações, são aparentemente iguais perante as

O capital homogeneiza a todos: trabalhadores, capitalistas, municípios, estados e nações, são aparentemente iguais perante as leis e oportunidades do mercado

¹² Ainda que nos últimos tempos essa homogeneização se consolida a partir de uma aparente diversidade que, na verdade, apenas representa um leque limitado de possibilidades.

leis e *oportunidades* do mercado. Tudo e todos são submetidos à “lógica” da equivalência da troca mercantil.

Entendido esse processo contraditório de apropriação da práxis social pelo capital, cabe ainda estender minimamente nossa compreensão sobre a categoria *práxis* em si, que poder ser entendida a partir do conceito de alienação (abordado brevemente acima).

A partir das idéias de Karel Kosik, Melo (2004) aponta que o processo de alienação do trabalho humano é o mesmo da objetivação do mundo sensível ou mundo fetichizado, ou da pseudoconcreticidade (KOSIK apud MELO,



2004). Nesse sentido, a *práxis fetichizada* é a “práxis utilitária imediata” (KOSIK apud MELO, 2004), que não transcende o mundo idealizado das coisas prontas e acabadas.

Orientados nessa *práxis fetichizada*, determinados planejamentos e gestões urbanos, ou, de maneira mais geral, determinadas políticas urbanas (que atuam segundo o Estado de direito), assim como determinados estudos urbanos e movimentos sociais urbanos, não são capazes de transcender o instituído e, assim, tendem a reafirmar a (re)territorialização do capital.

Mas, dialeticamente, o sujeito social é ao mesmo tempo sujeito e objeto da ação. A consciência dessa dupla face da ação social permite, ao homem, traçar e realizar o seu futuro; e nisso está a perspectiva da superação da alienação. E como a *práxis* tem um sentido criador, em última instância ela é revolucionária. E a *práxis* é *revolucionária* na medida em que se realiza pela destruição do mundo imediato, idealizado, pseudoconcreto (MELO, 2004, p. 3).

Assim, como ainda aponta Melo (2004, p. 4), a *práxis revolucionária* pressupõe o Estado como sujeito e como objeto, o instituído como agente da ação e inibidor de sua contestação, mas também e contraditoriamente como estimulador de sua destruição, como produtor do instituinte.

E é com esta perspectiva que pensamos que, ao mesmo tempo em que há muitos movimentos sociais urbanos envolvidos num projeto político e em ações cada vez mais *propositivas*, que, cooptados subjetivamente, despolitizados de forma planejada (o consenso como saída da crise urbana), tendem a reafirmar a (re)territorialização do capital; pode haver, de fato, uma potencialidade nos movimentos sociais que buscam construir um projeto de apropriação de frações do território do capital sob formas alternativas. Cabe a nós pesquisadores não deixar perder de vista tais manifestações.

Considerações finais

Nosso esforço por compreender a territorialidade da apropriação da *práxis* social pelo capital e as propostas que o trabalho, por meio da luta pela moradia, consegue lançar, se

baseia no entendimento de que a apropriação da práxis social pelo capital, na sua contínua re-configuração, revigora as dicotomias entre a vida dentro e fora do trabalho, entre os momentos sociais da produção e da reprodução, e entre emprego e desemprego. E, talvez, desvendar e, quem sabe, superar a territorialidade resultante destas dicotomias, isto é, construir outra territorialidade por meio da práxis revolucionária, é hoje um dos grandes desafios tanto para os trabalhadores como para os estudiosos do tema. Essas são perspectivas reais uma vez que as condições de um desenvolvimento geográfico e histórico desigual impõem dificuldades, mas também oferecem oportunidades para a organização e a ação políticas (HARVEY, 2002, p. 4).

Pensar os “mundos urbanos possíveis” propostos por Harvey requer “abraçar uma ampla gama de questões diferentes e aparentemente sem relações entre si”, como parece pressupor a superação das dicotomias; e para o autor com o qual concordamos, “isso não é um hino ao ecletismo e ao pluralismo, mas um argumento para desvelar o conteúdo de classe de uma vasta gama de temáticas anticapitalistas” (HARVEY, 2002, p. 5). Não será com “sonhos mortos ressuscitados do passado” que se fará esta discussão dos futuros possíveis, mas com a reavaliação de conceitos, instituições e práticas nesse âmbito, ou seja, criando uma poética própria para compreendermos melhor a vida urbana no século XXI (HARVEY, 2002, p. 8).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BIHR, A. A crise da sociabilidade. In: _____. **Da grande noite à alternativa**: o movimento europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 143 - 162.
- CARLOS, Ana Fani A. La utopia de la “gestión democrática de la ciudad”. **Revista Scripta Nova**, Barcelona, v. 9, n. 194, p. 1 - 10.
- ENTREVISTA com Douglas Santos. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 4, n. 2, p. 121 - 136, nov. 2003.
- GONZÁLEZ, Sara. La geografía escalar del capitalismo actual. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 6, n. 1, p. 111 - 133, jun. 2005.
- GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. et al. **A produção do consenso nas políticas públicas**: entre o administrativo e o jurídico. CAEL/Fapesp. Resumo de projeto. Disponível em:
<<http://www.labeurb.unicamp.br/cael.htm>>
Acesso em: 18 jun. 2005.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **Mundos urbanos possíveis**. **Novos Estudos CEBRAP**. n. 63, jun., 2002, p. 3 - 8.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121 - 192.
- MASCARENHAS, A. C. B. **O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora**. Goiânia: Alternativa, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MELO, Jayro G. **História e práxis**: do imediato ao concreto. 2004. Tese (Livro Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e

- Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- MOREIRA, R. **O círculo e a espiral: para a crítica da geografia que se ensina – 1.** Niterói: Edições AGB Niterói, 2004.
- RANIERI, J. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx.** São Paulo: Boitempo, 1991.
- REIS, M. B. M. dos. Produção/reprodução do capital no mundo contemporâneo da cultura. In: RAMOS, M. H. R. (org.) **Metamorfoses sociais e políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 65 – 83.
- SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** Porto: Afrontamento, 1995.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- THOMAZ JÚNIOR, A. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 4, n. 2, p. 5 – 21, nov. 2003.
- _____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura geográfica'. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. 3, p. 6 - 19, out. 2002a.
- _____. Por uma geografia do trabalho (reflexões preliminares). **IV Colóquio Internacional de Geocrítica.** Barcelona, 2002b. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/sn/sn119-5.htm>.
- VAINER, Carlos. B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000a. p. 75 – 103.
- _____. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000b. p. 105 - 119. 

La apropiación de la praxis por el capital y las propuestas del trabajo desde la lucha por la vivienda popular

Resumen: Las transformaciones en la sociedad actual redimensionan el conflicto capital x trabajo, por eso nuestro interés en estudiar las nuevas dimensiones del enfrentamiento entre los mecanismos utilizados por el capital para apropiarse de la praxis social y la búsqueda del trabajo por construir un proyecto de reapropiación de las condiciones de existencia. En el ámbito de la lucha por la vivienda, una de las expresiones del proceso de reorganización del capital es el proyecto de ciudad-mercancía planteado por las políticas públicas urbanas. En el embate entablado entre la expansión de las estrategias del capital para su (re)territorialización/(re)producción y la praxis, *fetichizada* y/o *emancipadora*, del trabajo, buscamos revelar los mecanismos de manutención de lo instituido y las posibilidades de la producción de lo instituyente (del venir a ser), por medio de la lucha por la vivienda, expresados en la realidad urbana.

Palabras clave: praxis, conflicto capital x trabajo, políticas públicas urbanas.

Apresentação

Desenho Societal dos Sem-Terra no Brasil (uma contribuição à "leitura" geográfica do trabalho)

Antonio Thomaz Junior

O Engendramento da Crise do Capital nas Redefinições do Mundo do Trabalho e na Reconfiguração Territorial

Marcelo Dornelis Carvalhal

A Luta pela Moradia e o Mundo do Trabalho: unificando o "caracol e sua concha"

Fernanda Keiko Ikuta

A "Questão de Desenvolvimento" nas Reformulações da Política Agrária Brasileira: reflexões iniciais

Jorge Montenegro Gómez

A Questão do Gênero na Encruzilhada Sindical

Terezinha Brumatti Carvalhal

O Discurso Jornalístico: as marcas da representação de classe

Sônia Maria Ribeiro de Souza

Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho

Marcelino Andrade Gonçalves

Processo de Luta Pela Terra e seus Desdobramentos no Município de Teodoro Sampaio

Renata Cristiane Valenciano

As Metamorfoses do Mundo do Trabalho na Agroindústria Canavieira Paulista (algumas reflexões)

Ana Maria Soares de Oliveira

O Movimento Social de Luta pela Terra e Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema

Edvaldo Carlos de Lima

O Trabalho Pluriativo em Presidente Prudente

Sandro Mauro Guirro

Trabalho e Natureza: um discurso a favor da alienação

Fábio Henrique de Campos

A Atividade Canavieira na Brasil: reflexão iniciais

José Roberto Azevedo

Gênero e Jornada de Trabalho em Assentamentos Rurais

Elizabete Josefa de Melo